

## A terra e o texto dez anos depois: ainda o mesmo confronto?<sup>1</sup>

Daiane Boelhouver Menezes/PPGCS-PUCRS<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo se propôs a conferir se havia necessidade de alguma atualização da tese “Campos em confronto: a terra e o texto” de Christa Berger, dez anos depois de sua realização. Do mesmo modo que Berger, analisamos a relação estabelecida entre o Movimento Sem Terra (MST) e o jornal Zero Hora (ZH). O corpus da pesquisa foi composto por notícias, editoriais, artigos, colunas e cartas de leitores publicados em ZH, que mencionaram o MST ou a reforma agrária, durante o mês de março. Este mês é representativo porque aconteceu, no Rio Grande do Sul, a invasão de uma fazenda, a 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, organizada pela ONU/FAO e um episódio de destruição de um viveiro de mudas de eucalipto em protesto contra a expansão da monocultura desta árvore. Os resultados mostraram que o livro citado continua extremamente atual.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Zero Hora; MST; Reforma Agrária; Representações Sociais.

### Introdução

Em 1996, Christa Berger defendeu sua tese de doutorado, na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, que dois anos depois foi publicada com o título “Campos em confronto: a terra e o texto”. O livro trata de Zero Hora (ZH), jornal com maior circulação no Rio Grande do Sul<sup>3</sup>, e do Movimento Sem Terra (MST), analisando a luta de ambos pelo poder simbólico (BERGER, 1998). A proposta deste artigo é fazer a mesma análise dez anos depois e ver se a relação entre a imprensa e movimento social permanece a mesma. As ações do movimento se modificaram um pouco (a destruição de um viveiro de mudas de eucalipto é um exemplo desta modificação), de modo que imaginamos que a relação entre o MST e ZH pudesse ter se alterado.

A idéia de uma nova análise sobre a relação entre ZH e MST se justifica porque este é um dos mais importantes movimentos sociais brasileiros de toda a história do país<sup>4</sup>, e um movimento social que conseguiu continuar como movimento social em uma época em que boa parte deles se transformou em organização não-governamental, terceiro setor ou ainda foi absorvido pelo que hoje se chama de responsabilidade social, se distanciando “da

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências Sociais na PUCRS e aluna especial do PPGCOM/UFRGS. Graduada em Comunicação – Jornalismo pela UFRGS. Bolsista por três anos do Núcleo de Pesquisa Cultura e Recepção Midiática da UFRGS, orientado pela Profa. Dra. Nilda Jacks. Apresentou artigos, em 2005, no NP de Ficção Seriada do Intercom, no GT de Comunicação e Indústria Audiovisual do Seminário Internacional de Comunicação realizado pela PUCRS e, em 2006, nos GTs Comunicação, Política e Cidadania e Comunicação e Educação, do Intercom Sul.

<sup>3</sup> E quinto maior em circulação do Brasil, segundo dados da Associação Nacional dos Jornais ([www.anj.org.br](http://www.anj.org.br)).

<sup>4</sup> Segundo os depoimentos do antropólogo Darcy Ribeiro, o economista Celso Furtado, o fotógrafo Sebastião Salgado, o prêmio Nobel de Literatura José Saramago, o cantor e compositor Chico Buarque e o historiador Eric Hobsbawm. (SUPLICY, 2000, p.14.)

utopia da emancipação – esse projeto de uma sociedade em que homens e mulheres possam ser pessoas livres e autônomas, construtoras de uma sociedade democrática e justa, cidadãos plenos, sujeitos de sua história” (SOBOTTKA, 2003, p.48). Soma-se a isto o fato do MST ser um movimento com uma amplitude e estratégias nacionais e, de certo modo, através da Via Campesina, internacionais. Zero Hora, por sua vez, faz parte do Grupo RBS, e a RBSTV compõe a Rede Globo de Televisão, de forma que a proposta editorial do maior grupo de comunicação do Brasil e de ZH são semelhantes.

A pesquisa foi realizada em notícias, colunas, artigos, editoriais e cartas de leitores que trataram de reforma agrária e do MST no mês de março. Este mês foi muito representativo por causa de três fatos importantes relacionados à reforma agrária e ao MST que ganharam bastante destaque no jornal ZH: 1) a invasão da Fazenda Coqueiros, no município de Coqueiros do Sul/RS, que contou com aproximadamente 2.000 integrantes do movimento; 2) a destruição de um viveiro de mudas de eucalipto da empresa Aracruz Celulose, localizada em no município de Barra do Ribeiro/RS, em protesto contra a expansão da monocultura desta árvore no estado que, “segundo as agricultoras, tem transformado a região em um deserto verde improdutivo do ponto de vista da soberania alimentar” (GLASS, 2006); 3) a 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, organizada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

### **A terra e o texto: campos em confronto**

De modo semelhante ao proposto por este artigo, os fatos analisados por Berger são ocupações e um caso excepcional – a cobertura da morte do soldado Valdeci de Abreu Lopes, no dia 8 de agosto de 1990. A autora focalizou sua análise mais nos títulos, já que:

No caso do MST, a manchete e o título constituem, para muitos leitores, a única informação, pois conflitos em torno da posse da terra não dizem respeito, diretamente, a quem não é proprietário de terra; não emocionam como uma desgraça; não mobilizam como uma tragédia e não se enquadram na informação indispensável à vida urbana/cotidiana. Logo, raramente vendem jornal e são lidos pelo que se salienta do texto: títulos, negritos, legendas e fotos.(BERGER, 1998, p.130)

Além disso, o título também é o lugar da página impressa mais próximo da voz oficial, pois ainda que o repórter sugira o título, este só é publicado se aprovado pelo editor.

O discurso não pode ser considerado em si mesmo: “as propriedades formais das obras desvelam seu sentido somente quando referidas às condições sociais de produção – e, por outro lado, às posições ocupadas por seus autores no campo da produção – e ao

mercado para o qual foram produzidas” (BOURDIEU, 1996, p.129 apud BERGER, 1998, p.12). Por isto, é importante sempre levar em consideração que autonomia do jornalista depende da posição ocupada e da concentração da imprensa em sua região que, sendo geralmente alta, leva à insegurança no emprego e a salários baixos. Na mesma linha, é importante perceber que o editor de um jornal tem que se preocupar em conquistar leitores, dentro daquilo que “cabe” na ideologia de seu jornal, sem se confrontar com aqueles que o sustentam economicamente. Estas condições de produção marcam as relações entre os jornalistas e suas fontes, tornando-os propensos a acatar a versão dos anunciantes e dos proprietários. A luta no interior do campo do jornalismo

gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não. (BERGER, 1998, p.22)

O processo se dá da seguinte forma: repórteres recolhem fatos com potencial de noticiabilidade e os levam para a redação, onde também as fontes procuram os jornalistas. Há um processo de decisão que precede à realização da matéria, verificando a possibilidade de o fato acontecido entrar no circuito informativo. Depois há um processo de hierarquização dos acontecimentos, quando é atribuída uma importância ao acontecimento por parte do editor, que decide a forma de tratar o assunto, escolhe o jornalista para realizar a cobertura, opta por fotografar ou não. Finalmente, há o processo de tematização que, mais do que expor os temas, centra atenção em alguns. Ao tematizar um assunto, se reduz a complexidade da vida social àqueles “temas” que ele define *a priori* como relevantes.

Segundo Berger, “o MST percebe a mediação da informação na sua interlocução com o poder político. E a mídia sabe que seu poder está na sua condição de mediação”. Por isso, “o MST precisa encenar suas reivindicações, torná-las fotografáveis” e a imprensa precisa contar o presente com o máximo de “expedientes de real”, como fotos, por exemplo, pois assim aumenta sua credibilidade (Ibid., p.11). O jornal ZH, no período analisado por Berger, criminalizava o MST ao optar por chamar as ações do movimento de *invasões*, o que remete a uma defesa da propriedade privada, a definição do movimento como transgressor das leis e endossa, de certa forma, a repressão. Caso optasse por *ocupações*, sustentaria o conceito de propriedade social da terra, fazendo com que a repressão ao MST fosse a parte ilegal. Mas o tratamento dado aos fatos não ocorreu sempre da mesma forma:

a construção do sentido se fez pela combinação dos sem-terra que invadem, resistem, degolam; o governo que busca soluções e a Justiça que julga. Como todo o movimento social, o Movimento Sem Terra é intransigente e violento. Mas, sua luta, é, às vezes, justa em uma brecha do texto. (BERGER, op.cit., p.189)

As formas de luta utilizadas pelo MST são:

ocupação de terras e acampamentos em locais estratégicos; tomadas de prédios, como a sede do Incra, e praças públicas; caminhadas com interrupção de rodovias; visitas aos gabinetes de autoridades estaduais e federais; além de greves de fome e fechamento de trevos. Mais recentemente optaram, também, pela candidatura de líderes para cargos políticos. (Ibid., p.94)

E agora passaram também a utilizar ações que chamem a atenção para os problemas acarretados pela monocultura e os transgênicos. Quando as suas estratégias esgotam-se e se naturalizam, os sem-terra têm que pensar em algo novo, pois sabem

que a luta pela terra e a questão da reforma agrária não são em si notícia no Brasil. Por um lado porque ela é a mesma há muitos anos e, assim, não corresponde ao critério de ser notícia; por outro, porque não vai ao encontro dos interesses dos que detêm o poder político e de seus representantes na mídia (Ibid. p.109).

De maneira mais sistemática, Berger diz que latifundiários obtêm sucesso na sua pressão contra a Reforma Agrária porque :

a) contam com o apoio da grande imprensa; b) dispõem de recursos financeiros elevados para gastar no lobby anti-reforma; c) estão umbilicalmente ligados a setores dinâmicos do capitalismo, de modo que conseguem neutralizar pressões reformistas de setores industriais e comerciais que só se beneficiariam com uma repartição mais equitativa da terra e da renda rural; d) continuam a manter laços estreitos com a cúpula política do País; e) apesar de sua divisão e disputas, eles souberam compor suas diferenças para fazer frente à ameaça comum a todos. (Ibid., p.95-6)

A autora cria uma classificação dos conflitos propostos pelo MST e aponta quais são os mais “noticiáveis”:

a) o conflito político – é um conflito radical, em que não há conciliação com o poder. As posições saem de lugares opostos, pois a luta de classes marca o confronto. Não resulta em manchetes e rende poucas notícias.

b) o conflito institucional – ocorre quando o MST dirige suas reivindicações a órgãos do governo que se destinam a cuidar dos problemas ligados à terra, como é o caso do Incra. Aqui a posição é de negociação, eles sabem que não há possibilidade de vitória total, os ganhos são parciais e vão sendo conquistados no confronto. Este conflito costuma ser notícia e, eventualmente, manchete, mas produz poucas imagens.

c) o conflito armado – confirma a radicalidade do MST: “é um movimento que se arma, em uma atitude defensiva-provocativa, com foices e enxadas. Transfigurando seus instrumentos de trabalho, ameaça e chama à guerra”. Este conflito “responde a uma tática de comunicação: ele é o conflito mais facilmente espetacularizado pelos meios

audiovisuais” (BERGER, op.cit., p.120), é garantia de notícia, manchete, capa e merece fotografia.

O movimento, ao se transformar em notícia, insere-se na pauta do poder. As *ocupações* mostram para o governo que o MST “conhece as áreas improdutivas, seleciona as de sua preferência e é capaz de mobilizar pessoas para lutar por elas”. Além disso, são “quase garantia de constar na mídia, pois a *invasão* passa pela seleção do primeiro grau – o critério da noticiabilidade – dos jornais” (Ibid., p.156).

### **Dez anos depois**

No mês de março de 2006, houve três acontecimentos significativos envolvendo a reforma agrária e o MST. O que ocorreu primeiro foi a ocupação, pela quarta vez, da Fazenda Coqueiros. O assunto foi tematizado pelo jornal, tendo estado até o dia 16 diariamente presente no jornal (com exceção de dois dias), às vezes com até quatro textos sobre o assunto, sendo a média desta primeira quinzena de março de dois textos por dia.

Em relação à ação dos sem-terra, ZH continua usando sempre a palavra “invasão”, apesar da publicação de um curioso artigo que diz:

mudaram o sentido das palavras. Invasão de propriedades particulares e até públicas deixou de ser invasão, ou esbulho, segundo a linguagem legal. Por ironia passou a chamar-se ‘ocupação pacífica’. [...] Toda notícia divulgada no país faz alguns anos, em torno de 20 anos, obedece à nova linguagem.

Entretanto, em parte alguma de ZH encontramos a palavra “ocupação”.

O jornal continua a dar destaque para fatos “criminosos” como os pneus furados de uma viatura da polícia pelos sem-terra, para que os policiais não pudessem comunicar a ocupação, com direito a uma foto da viatura. Dá voz ao capataz da fazenda ocupada para dizer que sete funcionários teriam “sido feito de reféns”, “por 10 homens encapuzados e armados”, e que os sem-terra teriam furtado “uma espingarda calibre 12”. Um outro funcionário disse que eles passaram “o maior medo da vida, com um (revólver) 38 apontado na cabeça”.

Neste tipo específico de cobertura, não se pode acusar os jornais de apresentarem apenas fragmentos e não trazerem fatos do passado. Havia, por exemplo, um box intitulado “entenda o caso”, em que apareciam as datas das invasões anteriores, contando, por exemplo, que integrantes do movimento, em setembro de 2004, “invadiram a área, cultivaram milho e depois saíram instalando-se em terras vizinhas, arrendadas pelo MST”; e que, em fevereiro de 2005, a colheita do milho pelos funcionários da Coqueiros teve que ser realizada sob proteção policial”.

A questão da construção de pequenos barracos de madeira, em lugar das armações de lona preta normalmente utilizadas, com madeira retirada de uma serraria da fazenda ocupada, ganhou destaque em vários textos. Também é enfatizado o grande número de sem-terra presentes na fazenda, cerca de 2 mil, o que estaria provocando medo nos moradores próximos e funcionários da fazenda.

Os proprietários aparecem como guardiões do meio-ambiente, dizendo que temiam que os danos fossem irrecuperáveis, pois no local havia 300 hectares de mata nativa e os sem-terra, segundo eles, “cobiçam a madeira, e não ligam para a fauna e flora abundante lá dentro. Se puderem vão derrubar a mata”. Também pedem a reintegração de posse baseada “em danos e risco de vida que os proprietários e funcionários da fazenda teriam sofrido”.

Como diz Berger, às vezes, a causa dos sem-terra aparece como sendo justa, mas isto normalmente só em cartas de leitores e artigos e, ainda assim, em um número muito pequeno. Há, por exemplo, uma carta de leitor que diz que o que é condenável é o fato de a legislação brasileira permitir que um cidadão tenha uma extensão de terras de 7 mil hectares, o que contribuiria para que se perpetuassem mazelas como fome, miséria e revoltas.

Quando é dado algum espaço para os sem-terra falarem em ZH, este é muito pequeno. Eles costumam aparecer somente no final das matérias, dizendo, por exemplo, que ficarão na fazenda ocupada até o anúncio do assentamento das famílias. Quando os integrantes do MST resolvem não falar com os repórteres do jornal, a última linha das matérias costuma informar que a assessoria de imprensa do movimento não quis comentar determinado fato ou que não foi encontrado nenhum integrante do movimento que quisesse falar sobre o assunto.

Os sem-terra aparecem na maior parte dos textos referentes a esta ocupação como aqueles que se negam a cumprir as ordens judiciais de deixar o local voluntariamente no prazo estabelecido.

O movimento faz algumas coisas com a única intenção de serem fotografáveis. As trincheiras cavadas, por exemplo, ajudariam muito pouco se a idéia fosse realmente resistir. Se fosse o caso, procurariam locais mais propícios para isto. Mas trincheiras rendem fotos. Uma matéria trazia a informação de que nos acessos ao acampamento havia “trincheiras para um possível confronto. Lanças de madeira eram usadas de armadilha para quem não conhecia o terreno, principalmente à noite”. A foto mostra as lanças de madeira ao lado de uma barreira de madeira onde estava escrito “venceremos”. Outra encenação ocorre quando oficiais de Justiça, escoltados por 25 policiais militares (PMs) a pé e a

cavalo, foram ao acampamento entregar a notificação que determinava a saída do grupo. Depois da leitura da notificação, os papéis “foram rasgados e pisoteados por uma líder do movimento na frente dos oficiais. Os invasores avançaram contra os policiais, que precisaram se defender utilizando os cavalos. Os policiais também precisaram sacar armas e espadas para conter os manifestantes”. A foto desta matéria mostra um campo de batalha com PMs e cavalos de um lado e sem-terras do outro, com a legenda: “MST e PMs se enfrentaram dentro da área invadida da Fazenda Coqueiros, mas não houve feridos”. Novamente, só na última linha da notícia, aparece um dos líderes do acampamento reiterando que “os colonos não pretendem deixar a área até que os governos estadual ou federal se comprometam a adquirir parte da área para assentar as famílias”.

Na falta de um contingente suficiente de policiais militares para fazer a desocupação, que teriam que ser removidos de outros municípios, a situação se arrastou. Alguns títulos de matérias são sensacionalistas, como “Polícia prepara operação de guerra”. Este título dizia respeito ao fato de o serviço de inteligência da Brigada Militar (BM) indicar que integrantes do MST “estariam preparando uma emboscada na madrugada”. Na noite anterior, tinha havido tensão: “o acampamento da BM teve a luz cortada e ficou às escuras”. Segundo o jornal, como a Brigada só “poderia chegar ao gerador para religá-lo atravessando o acampamento do MST”, “a base onde estavam mais de 300 PMs ficou sem luz durante toda a noite”. Uma das matérias dizia que “não houve incidentes”, mas que “durante a madrugada, mais uma vez foram ouvidos disparos de armas de fogo” e “os invasores também fizeram ecoar gritos de guerra. Um deles dizia ‘cada foice, uma cabeça’”. Esta foi mais uma encenação para garantir espaço na mídia porque se de fato quisessem fazer algo do gênero, não anunciariam.

Mas o conflito estava perto de se encerrar, pois o movimento conseguiu fazer parte da agenda do governo e o Incra ofereceu “duas áreas recentemente desapropriadas em Santana do Livramento para assentar os ocupantes da Coqueiros”. Segundo ZH, “a Fazenda Coqueiros só não foi desocupada antes porque o governo temia um confronto sangrento no momento em que centenas de estrangeiros participavam da Conferência da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural”. No dia em que se encerrou a conferência, assunto que analisaremos depois, o MST anunciou a desocupação voluntária da Coqueiros. O Incra confirmou o assentamento das famílias, mas segundo uma matéria do jornal pesou para a decisão, também, “a contrariedade da opinião pública com a destruição do viveiro da Aracruz [tema que também analisaremos logo a seguir e que teve a segunda maior importância em termos de textos publicados no jornal no mês de março] e a promessa de

rigor do governo estadual”. Segundo um dos líderes dos sem-terra: “Nós falamos que sairíamos daqui somente com um resultado concreto. Felizmente tivemos nossa demanda atendida. Não é o suficiente para acomodar todas as famílias, mas é uma vitória”.

Há também matérias que tratam de mostrar como o movimento funciona “por dentro”, normalmente através de “ex-sem-terra”. Nelas aparecem dois integrantes do MST que deixaram a Fazenda Coqueiros porque tinha “muita confusão lá dentro”. Tinha “uns caras que tomam uns tragos e ficam metendo pressão”. Disseram que fugiram quando viram a BM porque “à notícia que circula lá dentro é que a Brigada baixa o pau em quem sai. É isso que eles ficam dizendo para as pessoas continuarem lá”. Contaram, ainda, que tinha “gente recebendo treinamento para resistir” e que não viram armas de fogo, embora achassem que havia algumas no acampamento.

Com o fato de os sem-terra terem se alojado em propriedade vizinha à fazenda desocupada, foi trazido que se temia que no local fossem repetidos “os atritos da outra área arrendada pelo MST ao lado da fazenda, onde vivem cerca de 80 famílias desde 2004”. Segundo ZH, nos últimos dois anos, tinham sido registradas “mais de 30 ocorrências policiais na região” e as colheitas precisavam “ser escoltadas”. Outra matéria termina dizendo que um delegado “instaurou inquérito para investigar mais de 10 crimes”, em ações que ocorreram no período da ocupação da Coqueiros, e que indiciaria “800 integrantes do MST que participaram da invasão da Fazenda Coqueiros por pelo menos oito crimes”. Segundo a matéria “uma ocorrência policial é registrada para apurar a destruição de 1,5 mil metros de cerca e a morte a tiros de um boi”. No final de um box há um “Contraponto”, que diz: “ZH consultou a assessoria do MST, mas o movimento preferiu não se manifestar”.

A morte de uma menina no acampamento ao lado da Coqueiros ganhou destaque em algumas matérias, sendo apontada como uma das causas para que o MST tenha apressado sua saída de lá. No acampamento estavam “mais de mil pessoas. Com pouca comida, sem água tratada e sem condição de higiene”. ZH trouxe também a negação de uma informação, que não chegou a ser publicada anteriormente, de que a mãe da menina teria sido impedida de sair do acampamento para pedir atendimento médico. A negação foi feita por um dos líderes do acampamento e reiterada, em outra matéria, pela avó da criança: “A gente tinha de receio de sair, mas não por causa dos chefes. A gente tinha receio da Brigada Militar”.

No caso do episódio Aracruz, a tematização ocorreu também com notícias diárias do dia 09/03 ao dia 22/03 (com exceção de um dia), com uma média de três textos por dia,

chegando a ter até dez textos relacionadas a ele em um único dia. Como a ocupação da Fazenda Coqueiros e o episódio da Aracruz estiveram em pauta simultaneamente, entre os dias 9/03 e 16/03, podemos dizer que nesta semana todos os dias tiveram, em média, cinco textos que envolviam o MST no jornal, sem contar aqueles relacionados à conferência, que serão posteriormente analisados.

Sobre a destruição das mudas de eucalipto da Aracruz foram publicadas fotos de tubos de ensaio quebrados, de estufas destruídas, com uma legenda que dizia “a depredação de laboratório e de experimentos científicos, que pode abortar novos investimentos no Estado, foi consumada em menos de uma hora por centenas de manifestantes, a maioria mulheres”, e de “armas” utilizadas (um pedaço de madeira com uma faca na ponta). O fato de ter sido um movimento de majoritariamente mulheres foi ressaltado por muitos textos, dizendo que “a invasão ficou a cargo das mulheres por um motivo político, pelo fato de que ocorreria no Dia Internacional da Mulher, e outro prático. Caso fosse encontrada resistência, a presença do público feminino seria um seguro para os invasores”.

Em vários textos é sublinhado o fato de ter sido uma “ação violenta”, realizada por “um contingente estimado em 1,5 mil agricultores”, que destruíram um “laboratório, experimentos científicos, oito estufas e pelo menos 3 milhões de mudas de eucaliptos na Fazenda Barba Negra, de propriedade da Aracruz Celulose SA, em Barra do Ribeiro”. Aparece o depoimento de um funcionário que, “em lágrimas”, disse: “As instalações físicas podem ser recuperadas. Mas o material de pesquisa, não. Imagine o que é ver espalhadas pelo chão sementes que acompanhei nos últimos 19 anos”.

A informação sobre o investimento da Aracruz e seus empregos também foi bastante repetida: “a ação colocou em risco o emprego de 1,2 mil pessoas que já trabalham na empresa e outros 50 mil empregos diretos e indiretos que podem ser gerados caso a Aracruz escolha o Estado como sede de seu novo investimento: uma nova fábrica de US\$ 1,2 bilhão”. O secretário de Desenvolvimento “convocou a sociedade para mostrar que a manifestação não representa a comunidade gaúcha”, porque, “caso contrário, isso seria mortal para as negociações com os investidores do setor”.

O fato de três emissoras de TV – SBT, Bandeirantes e Record – saberem com antecedência da ação teria evidenciado “a intenção do movimento de dar publicidade a seu ato”, questão que foi ressaltada por vários textos também.

Alguns textos relacionaram o episódio da Aracruz com a 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, dizendo que aquele “pegou

carona” com esta, que reuniu organizações de diferentes partes do mundo e autoridades. Na reunião ocorrida, o líder do MST João Pedro Stedile havia salientado: “Não é mais o capital industrial que controla a agricultura, é o financeiro. O inimigo não é mais o latifundiário tradicional, mas o grande capital internacional”. Outra matéria diz que o episódio “afirma a nova linha da organização. A frente de batalha deixa de ser o campo improdutivo, e a articulação das invasões agora é internacional”. Um dirigente da Via Campesina teria culpado “a vítima”, dizendo que “a destruição do laboratório foi um ato de legítima defesa de camponeses contra a política destrutiva de uma empresa, a Aracruz, que prega a monocultura, danifica o ambiente e o torna infértil”. Em uma entrevista, um líder da Via Campesina disse que “a produção de eucalipto resulta em problemas ambientais, mas que isto se refere à produção em grande escala”, embora também não deva “haver experimentos nos assentamentos devido aos danos ao ambiente”. Este comentário foi feito em função das matérias que disseram que os sem-terra procuraram a Aracruz porque estavam interessados em plantar eucaliptos nas partes altas de um assentamento, o que não se concretizou porque não ganharam a autorização do movimento, e outros textos que diziam que o episódio da Aracruz era “ridículo” já que eucaliptos eram plantados em assentamentos do MST. O líder da Via Campesina disse também que “a Aracruz foi uma questão simbólica. Uma mensagem enviada pelas mulheres às multinacionais”. E terminou dizendo que queria “a compreensão dos habitantes do Rio Grande do Sul” porque eles estavam “defendendo a terra, a água e o ambiente. A violência gerada pela exclusão social” era “muito maior”.

A discussão sobre as florestas de eucalipto propriamente dita aparece somente em um quadro que trata muito sinteticamente dos argumentos contra e a favor e nas palavras do ministro do desenvolvimento agrário que “afirmou ser legítima a discussão sobre a monocultura do eucalipto”, pois “a experiência mostra que a monocultura não é a estratégia mais adequada, do ponto de vista econômico, porque amplia a dependência a uma produção, e ambientalmente é um desastre”.

Atos passados são trazidos para os textos, lembrando, por exemplo, que “o fato de até agora ninguém ter sido punido pela destruição da lavoura da Monsanto [em 2001] e não terem sido identificados os responsáveis pelo incêndio criminoso que em 2003 destruiu o Centro de Biotecnologia da UFRGS estimula a repetição dos atos de violência”.

Várias matérias ressaltaram “a ruptura formal” que o governador em exercício declarou, suspendendo “temporariamente toda e qualquer relação institucional de órgãos do governo do Estado com a Via Campesina”, o que incluiu contratos e repasses a

entidades ligadas à Via Campesina. Já o ministro de desenvolvimento agrário afirmou que “o governo federal, embora condene a depredação”, manteria as “relações institucionais com os movimentos sociais envolvidos no ataque a Aracruz”. Um editorial disse que os contribuintes se surpreenderam ao “constatar que recursos públicos financiam um movimento que, com frequência, agride a sociedade, mancha a imagem do país e funciona como uma usina de insegurança jurídica e social”. Disse também que “a democracia não pode financiar os que querem destruí-la”. Outro editorial disse que as “ações enérgicas das instituições são a resposta adequada no sentido de preservar a lei, identificar responsáveis e evitar a repetição dos acontecimentos”, e que elas teriam “o efeito de desfazer o ceticismo de parte da sociedade em relação às possibilidades de punição dos invasores”.

Vários textos trataram do “desgaste político” que o MST teria sofrido, dizendo que seu “radicalismo” teria isolado o movimento de seus tradicionais aliados: “até mesmo o PT condenou o ato”. Em nota oficial, o partido declarou que “a ação realizada por ativistas no laboratório da Aracruz está equivocada e não contribui para a solução dos problemas no campo e para o avanço do processo de reforma agrária”, mas deixou claro que “está do lado da luta pela terra”.

O Ibope fez uma pesquisa sobre o que a população pensava em relação ao MST. Esta pesquisa foi citada por muitos textos, sendo os seguintes dados os mais explorados: 76% dos entrevistados consideravam que as invasões abalavam a democracia, eram “antidemocráticas” ou reprovavam as “invasões de propriedade”; e 56% das pessoas consultadas achavam que as ações do MST traziam “mais resultados negativos do que positivos” para a reforma agrária.

As cartas de leitores são em sua esmagadora maioria contrárias ao MST. Falam que “estamos de volta à era da barbárie dos trogloditas”; “vivendo numa terra sem lei”; que o “Ministério Público tem de agir depressa e banir o MST do país, ou veremos em breve uma nova Farc destruindo vidas”; que “é hora de pararmos de chamar esses movimentos de sociais e começarmos a denominá-los de terroristas”; que o MST quer “é aparecer na mídia a qualquer custo. Os seus dirigentes utilizam os famintos, excluídos, para fazer deles sua armadura, não se importando com os resultados, desde que continuem a receber as verbas internacionais e nacionais”. Depois de muitas seções de cartas somente contra o movimento, apareceram opiniões divergentes. Entre os pedidos de “cadeia para os envolvidos” e corte da ajuda financeira dos órgãos governamentais, há algumas vozes destoantes dizendo que “a grande mídia só noticia a ação de vândalos, já que é do seu interesse que a sociedade como um todo seja contra os movimentos sociais e contra a

reforma agrária”; e que “só distribuindo a terra, com a reforma agrária, teremos menos fome e mais empregos”.

Na seção “Sobre ZH” há um leitor que pede que a mesma isenção pretendida pelo jornal durante o período eleitoral seja usada na cobertura do episódio da Aracruz, que sejam buscadas “pessoas e entidades ligadas aos movimentos citados como responsáveis, para verificarem seus motivos e desesperanças”. Já outro leitor parabeniza o jornal pela cobertura “que levantou a opinião pública e obrigou o governo a tomar providências”.

Os artigos falavam, em geral, de “bárbaros”, “salteadores, ladrões e bandidos”, “vândalos alienados”, “protagonistas do retrocesso”, “movimento paramilitar”. Mas um deles, curiosamente, termina com a frase:

faz-se fundamental destacar que a busca por uma reforma agrária inclusiva e justa deve ser sempre defendida pela sociedade. Aos homens do campo, há de ser concedida a oportunidade de trabalhar em seu próprio chão, onde poderão produzir, dar sustento às suas famílias e movimentar a economia brasileira.

Como constatou Berger, os detentores do poder do campo político tentam fazer crer que a reforma agrária um dia irá acontecer e que o MST só atrapalha o andamento das coisas.

Um artigo falava que “a reforma agrária é uma ação mais do que necessária para o desenvolvimento do país” e que “a própria história de luta dos movimentos sociais camponeses – como o MST – vem despertando na sociedade brasileira a consciência dessa necessidade”, ao reunir trabalhadores sem perspectivas que, através da desobediência civil, buscam alterar um quadro que favorece o latifúndio em detrimento da função social da propriedade. Mas falava também que associar a imagem desse movimento a “cenas de destruição, barbárie e vandalismo”, “foi um erro brutal de avaliação de algumas lideranças do movimento”. A Aracruz não teria sido a única vítima dessa ação, “foi também a imagem de um movimento legítimo. Foi também a grandeza de uma idéia, perante boa parte da opinião pública”. Outras matérias adotaram a mesma idéia, dizendo que: “uma série de posições políticas equivocadas, tomadas pelos líderes dos agricultores, como a destruição do viveiro da Aracruz Celulose” acabou tornando “as marchas de agricultores nos centros urbanos um símbolo de medo para a população”; estava havendo um “esgotamento do movimento”, que estaria levando-o ao extremismo para “manter-se à tona da vida política”, o que apenas aceleraria “sua imagem negativa entre os brasileiros” e rebaixaria “a visão sobre a necessidade da reforma agrária”.

O jornal apontou conexões do MST e da Via Campesina com a Venezuela e com Cuba, disse que a organização estava se afastando do governo Lula e optando por “lutas

populares”, o que significava “invasões de multinacionais e de prédios públicos e destruições de experiências com transgênicos”.

Por fim, trataremos dos textos relacionados à Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. O tema também esteve presente diariamente no jornal do dia 01/03 ao dia 11/03 (com exceção de dois dias), com uma média de mais de um texto por dia. Dos 16 textos publicados sobre o tema, seis diziam respeito à agenda cultural do evento.

As matérias chamavam a atenção para a participação de delegações de mais de cem países “comandadas por ministros ou vice-ministros”, e que Porto Alegre voltaria “a sediar um importante evento internacional”, uma “versão agrária do Fórum Social”. As matérias também disseram que o objetivo do encontro era “traçar estratégias para que a reforma agrária e o desenvolvimento rural colaborem para a superação da pobreza e no combate a fome”. O presidente da FAO disse que “é preciso debater uma concepção moderna de reforma agrária, que não fique restrita à propriedade da terra, mas inclua formas de apoiar o desenvolvimento do campo”. Disse também que “a maior parte da pobreza do mundo está no campo, particularmente entre camponeses sem terra”, mais precisamente “três em cada quatro pessoas que passam fome no mundo estão longe das cidades”, portanto “não há como erradicar a pobreza sem passar pelo desenvolvimento rural” – informação que foi utilizada por muitos textos.

A marcha que ocorreu na abertura da conferência também foi notícia. Agricultores de sete estados queriam “aproveitar a presença de delegados de 81 países, em Porto Alegre, para alertar sobre a realidade brasileira, que contemplaria os grandes produtores e esqueceria os pequenos”. Os agricultores fizeram “uma encenação contra multinacionais”, “atearam fogo à bandeira dos EUA” e causaram congestionamento.

Durante a conferência, o presidente em exercício, José Alencar “criticou o descumprimento de decisões judiciais por parte de sem-terra” e disse que “a reforma agrária tem que ser feita dentro da lei”. Stedile reagiu dizendo que: “Eles pedem tanto para os sem-terra cumprir a lei, mas são os primeiros a não cumprir”, lembrando “o fato de o governo federal não atualizar os índices de produtividade, como exige a legislação”.

Editoriais do jornal opinaram que “o Brasil não vai conseguir se desenvolver, nem reduzir seus níveis de miséria sem uma política efetiva para o campo”, mas que a “solução não se restringe a um rearranjo agrário”, pois

o fracionamento e a distribuição de terras deixou, há muito, de ser solução de consenso para o acesso à produção ou instrumento de redução de desigualdades

sociais. O novo perfil assumido pelo setor primário, com forte caráter empresarial, em que a produtividade exige pesados investimentos em tecnologia, desfez aos poucos a imagem romântica de que o mundo ideal do campo estaria representado pela pequena propriedade quase artesanal.

As soluções estariam, então, “muito além da opção limitadora da reforma agrária”.

O movimento encena novamente para ganhar uma matéria com foto, que mostra policiais militares fazendo força contra o portão do local onde estava se realizando a conferência para impedir a entrada de integrantes da Via Campesina. A legenda dizia que os manifestantes estavam “enfrentando” os policiais. Segundo o texto, após uma rápida negociação, um grupo de 50 mulheres pôde entrar na conferência e ler “um manifesto contra o crescimento de áreas de reflorestamento”, que dizia que os investimentos no setor contribuíam “para a formação do que os militantes chamam de ‘deserto verde’”.

### **Ainda o mesmo confronto**

As conclusões que podem ser tiradas desta amostra pequena, mas representativa, é que o confronto continua o mesmo, provavelmente merecendo ainda mais espaço. Como Berger já havia detectado, o conflito armado continua a ser aquele que merece grandes reportagens e fotos. O confronto político aparece raramente em uma entrevista ou em algum comentário de membros do MST, mas sem destaque.

Mesmo sendo negativa a representação que a imprensa faz do MST, ele consegue, através dela, entrar na pauta do poder. Conseguiu, no caso da ocupação da Fazenda Coqueiros, que aconteceu simultaneamente à conferência e ao episódio da Aracruz, que o governo liberasse terras para um assentamento. Talvez, de fato, a imagem pública do movimento tenha perdido alguns pontos depois do episódio da Aracruz, mas como o próprio jornal demonstra, lembrando do episódio da Monsanto, não foi a primeira vez que algo assim foi feito pelo MST.

## **Bibliografia**

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

GLASS, Verena. Em ação nesta madrugada, mulheres destroem viveiro da Aracruz no RS. 8 mar. 2006. *Agência de Notícias Carta Maior*. Disponível em: <<http://www.cartamaior.uol.com.br>>. Acesso em: 16/03/2006.

SOBOTTKA, Emil. A utopia político-emancipatória em transição: movimentos sociais ONGs que viram “terceiro setor”. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, v.11, n.1, p.48-65.

SUPLICY, Eduardo. Dos índios até Antônio Tavares Pereira: a justa causa do MST (Prefácio). In: FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZERO HORA. Porto Alegre, ano 41, 01 a 31 mar. 2006.